

## SEMINÁRIO DE PESQUISA 5 - POLÍTICA EXTERNA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA AMÉRICA LATINA

Coordenação: Vitor Stuart de Pieri (Geografia – UNICAMP) e Fabiana Oliveira (PROLAM/ USP)

### Resumo

A partir dos anos 2000, a América Latina se viu dividida entre dois modelos distintos de inserção internacional: um de perfil mais endógeno, promovido pelos Estados nacionais, e outro de características exógenas, impulsionado pelo mercado. Neste cenário, novos arranjos de integração regional foram criados, tais como a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latinos e Caribenhos (CELAC), ao mesmo tempo em que o Mercosul era relançado. Como resultado deste novo dinamismo, a região passou a aportar os mais importantes debates que atualmente compõem a agenda das relações internacionais, protagonizando debates em foros relacionados aos regimes internacionais de meio ambiente, direitos humanos, segurança e comércio internacional, ao mesmo tempo em que era mundialmente reconhecida por seus importantes avanços no combate à pobreza e à miséria. O presente Seminário pretende discutir e refletir acerca da evolução da ação externa dos países latino-americanos, assim como os desafios enfrentados pela região em um cenário internacional cada vez mais complexo e em constante transformação e as distintas estratégias de política externa que os Estados nacionais da América Latina e seus respectivos atores subnacionais vêm adotando.

### Subtemas

- As Relações Internacionais na América Latina: Perspectivas Teóricas e Metodológicas;
- Política Externa, Defesa e Segurança Internacional;
- Política Externa e Instituições Internacionais;
- Política Externa e Dinâmicas Domésticas;
- Relações Bilaterais na América Latina;
- Instrumentos de Integração e o Novo Regionalismo na América Latina;
- Relações entre a América Latina e os Estados Unidos;
- As Relações América Latina – China;
- A América Latina e o Sul Global;

- **Competição e Cooperação na América Latina;**
- **A América Latina e os Fluxos Migratórios;**
- **A Paradiplomacia na América Latina.**

*Sessão 1 - Política Externa, Dinâmicas Domésticas e Novo Regionalismo*

**O ingresso da Venezuela no Mercosul: o comportamento dos partidos políticos no Congresso Nacional brasileiro entre 2006 e 2015**

**André Leite Araujo**

**Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas**

**(UNESP/UNICAMP/PUC-SP)**

**andre@araujo.me**

**Resumo:** Esta investigação pretende analisar a atuação dos partidos brasileiros no Congresso Nacional em relação à adesão venezuelana ao Mercosul, entre 2006 e 2015, isto é, desde o Protocolo de Adesão até a missão senatorial à Caracas. Esse estudo de caso possui notável relevância para a área de Relações Internacionais, porque trata do primeiro ingresso à organização, no âmbito do relançamento do projeto regional com alterações em sua orientação político-econômico. Ademais, no âmbito da Análise de Política Externa, os objetivos específicos permitirão a contribuição nos estudos das fontes domésticas da política externa e das relações entre os poderes Executivo e Legislativo em temas internacionais, especificando as posições partidárias em relação à conjuntura externa. Portanto, as votações e os debates nos órgãos legislativos são entendidos no contexto das críticas feitas pela oposição ao Governo Federal, presidido pelo Partido dos Trabalhadores no recorte temporal da pesquisa.

**Palavras-chave:** Política Externa Brasileira; Mercosul; Venezuela.

## Janelas políticas: as condições que aumentam os riscos de redirecionamento na política externa latino-americana

Italo Beltrão Sposito

Prof. Dr. em Relações Internacionais

Universidade Federal do Tocantins/Porto Nacional

italo@uft.edu.br

Resumo: Neste artigo buscaremos encontrar os principais eventos, domésticos e internacionais, que podem aumentar as chances de ocorrência de Redirecionamentos na Política Externa (RPE) – conceituados como as mudanças mais extremas em política externa – nos países latino-americanos. Consideramos que ocorreu RPE sempre que a média de coincidência de votos entre um Estado latino-americano e os Estados Unidos de uma sessão anual da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) à seguinte teve variação superior a dois desvios padrão. Dessa forma, utilizamos uma variável referente ao comportamento internacional dos Estados para identificar quando este se desviou do padrão ou da normalidade, que na política externa é considerado como a continuidade dos rumos internacionais. A análise estatística usa uma amostra de 1688 observações de país-ano, que inclui todos os Estados latino-americanos independentes entre 1945 e 2008. Com base na variável dependente binária, desenvolvemos um modelo de sobrevivência (*Cox Proportional Hazard Model*) que analisa o efeito de variáveis de interesse e do tempo sobre os riscos de ocorrência do RPE. Em se tratando de política doméstica, os eventos em foco estão relacionados a variáveis identificadas com o conceito de janela política, termo amplamente utilizado para definir os períodos em que os tomadores de decisões teriam melhores condições para iniciar processos de RPE. Identificamos como fatores que aumentam os riscos de RPE, a ocorrência de mudanças de regime e de mudanças de líder político. No que se refere a fatores internacionais, a análise estatística mostrou que intervenções militares dos Estados Unidos, destinadas a apoiar um grupo opositor, e o início da imposição de embargos econômicos, aumentam os riscos de RPE.

Palavras-chave: Política externa, redirecionamento, Assembleia Geral das Nações Unidas, América Latina.

## Política exterior de Venezuela para América Latina durante el gobierno de Hugo Chávez

Ana Sofia Garcia Salas

Abogada

Mestra por el PROLAM/USP.

anasofiagarciasalas@gmail.com

Resumo: Nuestro objetivo es estudiar la política exterior de Venezuela para América Latina durante el mandato del ex presidente Hugo Chávez 1999-2013. Se trata de una investigación exploratoria que se refiere a la idea de integración regional prevista en la estrategia de política exterior chavista y su articulación con otros modelos integradores, especialmente con el liderazgo por Brasil, el MERCOSUR. Con esto intentamos comprender los cambios introducidos por Hugo Chávez en las relaciones internacionales de Venezuela, para luego estudiar la reacción brasileña ante la estrategia chavista. En menor grado, pero no menos importante, este trabajo tiene lastro en mi observación-experiencia-participante, como ciudadana venezolana que ha vivido personalmente la dinámica del proceso mencionado. De los resultados de nuestra investigación queda nítido que el país, desde la época de Bolívar reivindica su identidad latinoamericanista y manifiesta su interés de cooperación en problemas comunes. Resalta también la visión geoestratégica introducida por Hugo Chávez en las relaciones internacionales venezolanas, donde las alianzas políticas tuvieron un papel protagónico. Respecto a la reacción brasilera afirmamos que, desde la faceta de Venezuela como país productor de petróleo, la estrategia chavista le llamó muchísimo la atención al gobierno brasilero, liderado en ese momento por Lula da Silva, sobre todo porque el gigante latinoamericano aun no logra abastecer su consumo doméstico de petróleo. El resultado de esto lo encontramos en los avances del PETROSUR y los acuerdos bilaterales en materia energética, entre otras, suscritos por los dos ex presidentes. Ahora bien, desde la faceta de Venezuela como país socialista bolivariano, la estrategia chavista no llamó mucho la atención. Brasil nunca mostro interés de adherirse al ALBA, precisamente porque el bloque regional que lidera es un bloque capitalista, con fines comerciales. Lo que representa lo opuesto al bloque de liderazgo por Hugo Chávez. Llamamos a la reflexión sobre el futuro próximo de la Alternativa Bolivariana para las Américas, sobre todo en el caso que un gobierno no socialista llegue al poder en Venezuela. Pero también, por los demás países miembros del ALBA. ¿Qué va a pasar con el ALBA cuando se acabe el mandato de Evo Morales? ¿Cuál es la fundamentación de las

políticas anti-imperialistas? quando el mismo gobierno cubano cofundador del bloque está retomando las relaciones diplomáticas con los Estados Unidos.

Palabras Claves: Venezuela; Política Exterior; ALBA; MECOSUR

### Brasil, Bolívia: os governos Lula da Silva e a política externa (2003-2010)

Vanda Maria Martins Souto  
Doutoranda em Ciências Sociais  
UNESP / Marília  
vandammsouto@hotmail.com

Resumo: O artigo resulta de uma pesquisa sobre os Governos Lula da Silva no Brasil entre 2003 e 2010, e as relações internacionais brasileiras: O caso da Bolívia. Ela nasce de uma inquietação que acompanha minha trajetória de vida, pesquisa e leituras há algum tempo e se relaciona às formas e mecanismos pelos quais governos populares e de esquerda na América Latina, ao serem eleitos aliam-se às classes e frações de classes dominantes no capitalismo contemporâneo como é o caso do Brasil e da Bolívia. Isto é, inscrevem seus projetos socioeconômicos e políticos no seio do aparelho do Estado, através dos aparelhos privados de hegemonia. A hipótese é analisar o teor da política externa adotada pelos governos de Lula, que é derivada da política externa para Bolívia. Assim, procura-se interpretar a partir dos documentos do Arquivo Histórico do Itamaraty, enviados e recebidos do Brasil para a Bolívia, e dos acordos políticos assinados entre os dois governos, identificar os sujeitos sociais envolvidos e os eventos que provocaram mudanças na política externa brasileira para a Bolívia. Adota-se o método da *sociologia histórica*, a chamada abordagem “interpretativa” para analisar os documentos, além dos trabalhos acadêmicos, publicações em revistas, artigos, programa de governos, sobre a política externa brasileira para a Bolívia, fornecendo elementos para comprovar ou refutar nossa hipótese de pesquisa. Destaca-se ainda que os recentes estudos sobre os governos de Lula, em sua maioria, ofereceram pouco destaque às questões relacionadas à política externa no continente latino – americano Assim, a pesquisa se inscreve no campo da pesquisa acadêmica que se ancora na formulação marxista. E, objetiva engrossar as fileiras de pesquisa no país sobre a Teoria da Dependência acerca da cooperação antagônica e o intercâmbio desigual, além de outros estudos que atualizam o vocabulário marxista em face das realidades cambiantes da América Latina.

Palavras-chave: Governos Lula da Silva; Política Externa; Teoria da Dependência.

O regionalismo pós-liberal de Brasil e Venezuela: percepções e estratégias político-ideológicas no contexto regional

André Sanches Siqueira Campos

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia da  
Universidade Federal de Uberlândia (PPGRI IE UFU).

andresanches41@gmail.com

Resumo: Este trabalho procura analisar como o processo de ressignificação da política externa de Brasil e Venezuela se relaciona com suas iniciativas e posições na região no âmbito dos novos projetos integracionistas dos anos 2000, na América Latina, com ênfase nos governos de Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff I (2011-2014) e Hugo Chávez (1999-2013). Ao analisar a ampliação das institucionalidades do MERCOSUL, a criação da UNASUL e da ALBA em perspectiva comparada, busca-se identificar a dimensão do regionalismo pós-neoliberal proposto pela via das instituições regionais e apontar as convergências e divergências no plano político-ideológico no que concerne ao ativismo regional de Brasil e Venezuela como estratégia de inserção de internacional. Considera-se que as iniciativas regionais sul-americanas são essenciais para a construção de um espaço latino-americano, pois mesmo que a UNASUL e a ALBA conduzam temas de interesses próprios, estas apresentam uma agenda comum em inúmeros pontos sobre o desenvolvimento da região e temas internacionais. Dessa maneira, ambas poderiam considerar-se um espaço intermediário de conformação política independente, no qual possam harmonizar suas políticas e legislações, visando maior coordenação na CELAC e consolidar uma integração latino-americana. Compreende-se no âmbito do MERCOSUL que a entrada da Venezuela no bloco como membro permanente, em 2012, foi fruto de uma afinidade estratégica com vistas ao fortalecimento das relações bilaterais e de uma busca por maior autonomia regional. Dessa forma, Brasil e Venezuela conduziram projetos políticos integracionistas na América do Sul que se orientavam para a configuração de novas estratégias de inserção internacional e articulação geopolítica com vistas à formatação de um sistema multipolar. Essas iniciativas procuraram reconfigurar a identidade regional e o espaço latino-americano, afastando-se das políticas integracionistas neoliberais cuja predominância se concentrava na área econômica e comercial, nos anos 1990.

## O papel da comunidade de estados latino-americanos e caribenhos (CELAC) na concertação política e integração latino-americana atual

Francisco Denes Pereira

Mestrando no PROLAM/USP).

Bacharel em Relações Internacionais e Integração pela

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Política Internacional, Estudos Internacionais e

Políticas Comparadas (NESPI-CNPq).

Membro do Grupo de Pesquisa CNPq Relações internacionais e Movimentos Antissistêmicos

no Sistema-Mundo Contemporâneos (UNIP)

franciscopereira.ri@gmail.com

**Resumo:** O objetivo principal do desse artigo é analisar a criação da CELAC e seu papel no processo de integração latino-americano atual. Atenta-se a compreender a construção do diálogo e da concertação política entre os países latino-americanos através de iniciativas anteriores como os grupos Contadora, Apoio a Contadora e Grupo do Rio. Aprofunda-se o estudo sobre a constituição da CELAC, sua conformação institucional, assim como seus principais desafios diante da coexistência com a tradicional Organização dos Estados Americanos (OEA) e sua efetividade.

**Palavras-chaves:** América Latina e Caribe; Integração Regional; CELAC

### *Sessão 2 - Política Externa, Instrumentos de Integração e Paradiplomacia*

#### A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana e as diversas faces da globalização

Bruna Muriel Huertas Fuscaldo

Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de

Artes e Humanidades e Ciências pela Universidade Federal da Bahia

**Resumo:** Na última década intensificaram-se os impactos ambientais e sociais que resultam dos projetos de desenvolvimento regional voltados para a integração da América Latina. É o caso dos mega-projetos relacionados à Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional

Sul-americana, o projeto IIRSA, cujo objetivo é impulsionar a integração econômica por intermédio da construção de corredores transoceânicos que liguem o Pacífico ao Atlântico. Em particular, o IIRSA está relacionado ao escoamento dos commodities pelo Pacífico, devido a intensificação das relações comerciais dos países da região com a China. Tendo como pano de fundo teórico a discussão de Boaventura de Sousa Santos sobre as diversas faces da globalização - a hegemônica (sob a forma de globalismo localizado e localismo globalizado) e a contra-hegemônica (sob a forma de cosmopolitismo subalterno e patrimônio comum da humanidade) - o trabalho realiza um debate crítico, de viés ecológico e descolonizador, sobre as estratégias para o desenvolvimento regional relacionados aos processos de integração sul-americana .

Palavras Chaves: América do Sul, IIRSA, Globalização.

Instrumentos para a realização da justiça social no MERCOSUL: cooperação jurídica internacional e diálogos entre Cortes Supremas

Sabrina Rodrigues Santos

Doutoranda e Mestre em Relações Internacionais pelo PROLAM-USP

Especialista em Direito da Informática pela Escola Superior de Advocacia da Ordem dos

Advogados da Subseção São Paulo – ESA-OABSP.

sabrinars13@gmail.com

Resumo: A integração econômica empreendida em 1991 pelos Estados Partes do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, tem como pressuposto a ampliação dos mercados internos como condição de acelerar o desenvolvimento com justiça social. A estrutura institucional formulada há 25 anos é baseada na decisão por consenso. Eventuais conflitos de interesses são solucionados através de meios diplomáticos e pelo tribunal arbitral, acessível apenas pelos Estados. Do ponto de vista econômico, as pessoas que estabelecem relações a partir do mercado ampliado e são protagonistas dessa integração, estão à margem dos órgãos decisórios. Portanto seus direitos humanos de acesso à justiça e ampla defesa de direitos, dentre outros, reconhecidos em acordos internacionais e incorporados pelos estados, são passíveis de violação. Essa idéia é facilmente verificada a partir da análise do arcabouço normativo do MERCOSUL. Este trabalho propõe apresentar os instrumentos de cooperação jurídica internacional aplicáveis ao bloco Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, e verificar se as normas atualmente existentes supre as necessidades das pessoas, se lhes garante medidas assecuratórias para realização dos seus

direitos e como as Cortes Supremas dos Estados Partes se articulam para oferecer algum instrumental à sociedade para defesa dos direitos. A metodologia adotada é de análise dos protocolos do MERCOSUL relativos a cooperação jurídica internacional, dos portais dos tribunais das Cortes Supremas, de documentos oficiais sobre os diálogos entre elas, bem como levantamento no Ministério da Justiça do Brasil sobre a tramitação de pedidos de cooperação entre os Estados Partes do MERCOSUL. A pretensão da aluna, a partir dessa pesquisa, é verificar se os acordos formulados no MERCOSUL e sua aplicação efetiva, bem como o diálogo entre as Cortes Supremas, integram o rol de instrumentos de realização da justiça social.

Palavras-chave: MERCOSUL, cooperação, justiça

### A América do Sul na política externa do governo Lula da Silva (2003-2010): integração regional e conflitos territoriais

Jorge Luiz Raposo Braga  
UERJ-FFP  
jorgebragar@uol.com.br

Resumo: No início da década de 2000, a matriz neoliberal predominante na América do Sul entrou em crise. Esse cenário de deterioração dos índices econômicos e sociais promoveu a ascensão de governos de cunho nacionalista e identificado pelo espectro ideológico de “esquerda”. Assim, ao chegar à presidência do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva adotou uma política externa mais ativa por meio da afirmação das relações “Sul-Sul”. O discurso oficial elegeu a integração sul-americana como prioridade na agenda brasileira e transformou o BNDES no indutor do financiamento de grandes projetos de integração física e de infraestrutura, no interior da IIRSA. A escolha desta instituição deve-se a sua importância como agente vanguardista nos projetos de desenvolvimento vivenciados pelo país desde a segunda metade do século XX. O ato de elevar a dotação orçamentária do BNDES com objetivo de fomentar a atuação das grandes empresas brasileiras no mercado regional tem ignorado e desestruturado os territórios dos diferentes grupos sociais situados em escalas locais. As tensões produzidas atualmente na América do Sul trouxeram à cena novos sujeitos políticos que vêm redefinindo estratégias de luta pela terra, pela água e pelos recursos naturais nas escalas local-regional-global. O objetivo do artigo é analisar o papel da política externa do governo Lula da Silva, a sua interface com a retomada do projeto do país à condição de

potência regional e as contradições espaciais articuladas ao processo de integração voltado preferencialmente para o comércio internacional.

Palavras-Chave: conflitos territoriais, IIRSA, Lula da Silva

Os desembolsos do BNDEs para a América do Sul com destaque para o caso argentino  
(2003-2010)

Thiago Bastelli Gramasco

Mestrando em Geografia pela UNESP, Campus Rio Claro/SP professor na Rede Pública

Estadual

thyago\_gaicho@hotmail.com

Resumo: O objetivo do trabalho será verificar como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tornou-se um dos agentes mais expressivos da política externa dos governos Lula (2003-2010), contribuindo para aprofundar o processo de internacionalização de empresas brasileiras sobre a América do Sul. As ações do BNDES, sobretudo durante os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, impactaram diretamente na integração sul-americana, graças ao posicionamento da instituição dentro da ala desenvolvimentista do governo brasileiro e a definição da integração regional como prioridade da política externa. Para mostrar como o BNDES, apesar de sua autonomia institucional, seguiu as diretrizes do governo e passou a ser um agente importante da política externa discutiremos sobre os principais financiamentos do Banco para a América do Sul, com destaque para o país que mais recebeu investimentos brasileiros durante os governos Lula: a Argentina. Na primeira parte apresentaremos um panorama dos desembolsos do Banco para a região sul-americana a fim inclusive de demonstrar o peso da Argentina. Em seguida, abordaremos os investimentos no país vizinho com apoio do BNDES, as ligações desses investimentos com projetos de integração física regional (IIRSA); os financiamentos do BNDES e a sua vinculação com a estratégia de internacionalização de determinadas empresas, conflitos de interesses envolvendo os dois países (como os em torno dos investimentos da VALE em Mendoza). A metodologia de pesquisa consiste no levantamento de dados em fontes primárias (rankings de internacionalização da FDC e outras fontes, como os publicados no jornal *Valor Econômico* e informações disponíveis no site do BNDES) e fontes secundárias a

respeito da atuação do BNDES nos governos Lula, orientando a análise qualitativa dos dados levantados.

### O Estado de São Paulo no centro da Integração Regional Sul-Americana

Ivanil Nunes

Pós-doutorando pelo Departamento de Economia da FEA/USP

Pós-Doutor pela USP e Universidad de Buenos Aires, Argentina

Bolsista FAPESP

Doutor pelo PROLAM/USP

Mestre em Economia – Programa de Pós-Graduação em Economia - Área de concentração

em História Econômica, da UNESP

Graduado em Ciências Sociais pela UNESP.

Editor da Revista História Econômica & História de Empresas, da Associação Brasileira de

História Econômica.

ivanilnunes@usp.br

Resumo: Segundo o Tratado de Assunção, assinado pelos governos do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, em março de 1991, seria o propósito destes Estados Partes ampliar a dimensão de seus respectivos mercados nacionais, por entenderem que seria esta a condição fundamental para se acelerar seus respectivos processos de desenvolvimento econômico com justiça social. No entanto, como se é sabido, as políticas de desenvolvimento econômico requerem (ainda que estas sejam relevantes) muito mais que vontade política e estratégia governamental. Tais ações serão sempre influenciadas pela dimensão econômica, política, institucional e histórica, que poderão alterar as trajetórias daquele desenvolvimento idealizado inicialmente. O pressuposto neste trabalho é que a economia brasileira, e a paulista, em particular, parecem beneficiar-se proporcionalmente mais do processo de integração; ainda que o propósito inicial fosse integrar as Partes de modo equânime. Assim, o objetivo neste trabalho é analisar, comparativamente, a partir da formação do Mercosul, ao processo de inserção da economia brasileira, e particularmente a paulista, no processo de integração regional sul americana. Seria correto afirmar que a economia paulista, desde o desenvolvimento do Mercosul, vem se beneficiando mais que a dos demais estados brasileiros deste processo de integração em curso? Será que existe simetria entre os valores agregados

de mercadorias transacionadas: da economia paulista para os demais países vizinhos e destes para o Estado de São Paulo? As fontes utilizadas demonstram que desde a criação do Mercosul vem ocorrendo grande aumento dos fluxos de comércio entre o Brasil e os demais países sul-americanos. No entanto, São Paulo se destaca dentre os principais estados brasileiros que mais participam desta iniciativa supranacional, seja pela liderança no montante transacionado, seja pelo valor das mercadorias exportadas aos demais países sul-americanos. Será que a economia do Estado de São Paulo se comporta como 'centro' em relação à economia dos demais países sul-americanos?

**Palavras-Chave:** Integração Regional Sul-Americana; Mercosul; São Paulo.

Internacionalização e Paradiplomacia do Rio de Janeiro – Legado, Impactos e Alternativas no contexto de realização dos Megaeventos Esportivos

Alessandro Biazzi Couto

Mestre em Relações Internacionais IRI PUC RIO

Prof. CEFET-RJ

alebiazzi@hotmail.com

**Resumo:** A realização de megaeventos esportivos ocupa um papel central no conjunto de políticas que definem a internacionalização da política e das forças sociais locais no Estado e nos Municípios do Rio de Janeiro nos últimos anos. A realização dos Jogos Pan Americanos em 2007, os Jogos Mundiais Militares em 2011, a Copa do Mundo no Brasil em 2014 e no ano de 2016 a preparação e a realização das Olimpíadas fecham um ciclo de quase duas décadas em que os Megaeventos passaram a ocupar na sociedade, na agenda intergovernamental, empresarial e da sociedade civil local, um campo de disputa social sobre os projetos, as consequências em termos de impactos imediatos, legado posterior e também de construção de alternativas ao modelo de "cidade olímpica global." A pesquisa busca por meio de pesquisa qualitativa, quantitativa e entrevistas identificar os atores desse campo em disputa e realizar uma síntese de suas consequências para as Relações Internacionais, o Planejamento das Cidades Latino-americanas e o estudo da Paradiplomacia no Sul-Global. Além de envolver novas institucionalidades como a "Rio Negócios" e "Autoridade Pública Olímpica" (APO) busca-se identificar no campo, os agentes empresariais e as resistências como o "Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas", e em que medida moradores, atletas, pesquisadores e organizações da sociedade civil lograram com vínculos (inter)nacionais estabelecer um campo

crítico a “governança esportiva global”, seus projetos locais e a internacionalização do Estado no período recente.

Palavras-Chave: Paradiplomacia; Megaeventos; Rio de Janeiro

*Sessão 3 - Política Externa, Defesa e Segurança Internacional*

Sobre a geopolítica de segundo Storni: raízes epistemológicas do seu pensamento e percepção da política sul-americana

Marcos Antônio Fávaro Martins

Mestre pelo PROLAM/USP

marcosfavaros84@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem o objetivo de dissertar sobre a concepção geopolítica e o conceito estratégico nacional (CEN) implícito no discurso do vice-almirante argentino Segundo Rosa Storni (1876-1954). Para tanto foi analisado suas duas principais conferências "Razón de ser de los Intereses Marítimos Argentinos. - Factores que facilitan u obstaculizan el desarrollo del poder naval de la Nación" e "Política Naval Argentina e Problemas de Defensa Nacional por el lado del mar", ambas realizadas em junho de 1916 e organizadas no livro que recebeu o título de "Intereses argentinos en el mar" (1916). Nossa conduta consistiu em analisar o pensamento storniano segundo as linhas estruturantes do projeto nacional de século XIX (o que está descrito na primeira seção do artigo); a relação de sua concepção com o pensamento geopolítico europeu e estadunidense (segunda seção); e as suas conclusões acerca dos princípios pelos quais devem ser organizados a defesa nacional (terceira seção). A conclusão a que chegamos é que, diferente a atual interpretação feita pelo Ministério da Defesa argentino, Storni é um autor muito mais vinculado aos preceitos liberais de construção da nação argentina do que a um conceito estratégico integracionista presente em outros geopolíticos mais visionários da época, como foi o caso de Carlos Badia e Malagrida (1890-1937). Nossa expectativa com este trabalho é contribuir para a retomada das discussões sobre o pensamento geopolítico sul-americano, por entender este como uma manifestação dos respectivos projetos nacionais. O pensamento geopolítico storniano é um interessante objeto de investigação, se levarmos em conta essa perspectiva.

Palavras Chaves: Segundo Rosa Storni; Pensamento Geopolítico, Projeto Nacional Argentino.

## A efetivação do controle e os limites da condução: a política de defesa da Argentina na gestão Nilda Garré (2005-2010)

Matheus de Oliveira Pereira

Mestre em Relações Internacionais pelo Programa em Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP)

Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe

Pesquisador do Instituto de Estudos Econômicos Internacionais (IEEI-UNESP) e do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (GEDES – UNESP)

matheus.mop@gmail.com

**Resumo:** O artigo aborda a política de defesa da Argentina durante o período em que o Ministério da Defesa esteve ocupado por Nilda Garré (2005-2010). Argumentamos que Garré imprimiu ao ministério uma condução particular, focada em consolidar uma direção política à defesa, o que significava subordinar as decisões da pasta ao poder político, esvaziando a ingerência militar, tornando as medidas ministeriais consoantes às diretrizes gerais do governo. Descreve-se essa linha de ação como um *ativismo institucional*, tendo em vista a busca da ministra por reforçar o Ministério da Defesa como instância política da defesa. Todavia, a avaliação do conjunto da gestão aponta não apenas para a efetivação do controle civil, mas também para os limites no sentido de exercer o mando político da defesa, evidenciado na dificuldade em orientar a política da defesa no sentido de preservação da segurança nacional e não apenas do controle civil sobre os militares. A análise aqui apresentada foi realizada majoritariamente a partir de fontes primárias – como documentos, publicações oficiais, pronunciamentos e referências hemerográficas.

**Palavras-chave:** Argentina, defesa, kirchnerismo.

## Hidropolítica no Tratado de Itaipu: a geopolítica do Brasil na renegociação de 2009

Paulo Inacio Junior

Mestrando Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana - FFLCH

paulo.inacio@usp.br

**Resumo:** O uso das águas transfronteiriças tem sido investigado em muitas bacias internacionais e identificou-se a existência de estados que aproveitam mais dos benefícios das

águas que seus vizinhos mesmo em regimes de cooperação. Dessa assimetria pôde-se construir o conceito de hidro-hegemonia que presume estratégias para manter privilégios no uso da água internacional em balanças de poder desequilibradas. Nestas situações, os estados menos poderosos podem contestar a distribuição não equitativa das águas e de seus benefícios frequentemente por meio dos chamados conflitos frios. O projeto de construção da Itaipu Binacional nas águas transfronteiriças do rio Paraná em regime de cooperação entre Brasil e Paraguai, em meados da década de 1960, visou a, além da produção de energia elétrica, pôr em prática a estratégia geopolítica brasileira de contenção da Argentina e de projeção brasileira por meio da satelitização do Paraguai alterando a balança de poder no Cone Sul. O Tratado de Itaipu, assinado em 1973, previu a divisão igualitária dos custos da construção e operação da usina e da energia produzida, o consumo paraguaio não atinge a sua parte da produção e é obrigado a vender o excedente ao Brasil a preço de custo. Após pressões do Paraguai a revisão do Tratado em 2009 resultou em triplicar o preço da energia, amortização da dívida e obras de infraestrutura. No entanto, o Paraguai segue insatisfeito e o Brasil mantém a condição de poder oriunda do controle das águas transfronteiriças. Objetivos: 1. Demonstrar o uso geopolítico da cooperação e do conflito nas águas e 2. Quais cenários possíveis após a renegociação; Metodologia: Análise de documentos não-classificados do M.R.E., dos discursos dos chefes de estado e das autoridades brasileiras e paraguaias de Itaipu; Resultados: 1. Uso geopolítico da água evidenciado nos conflitos e 2. Afastamento do discurso de integração da prática expropriadora.

Palavras-chave: Itaipu, Hidropolítica, Águas transfronteiriças.

Entre o nacional e o regional: a cooperação sul-americana e os governos brasileiro e argentino (2003-2010)

Lívia Peres Milani

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "San Tiago Dantas"

liviamilani@hotmail.com

Resumo: Os anos 2000 foram marcados, na América do Sul, pela ascensão de governos de centro-esquerda, que possuíam uma retórica crítica às políticas levadas a cabo por seus antecessores, entendidas como condizentes ao *Consenso de Washington*. Considerando esse contexto, o objetivo do trabalho será discutir como a emergência de tais governos afetaram os processos de integração e cooperação regional, tendo como foco o campo da Defesa e

como foco de análise os casos de Brasil e Argentina. Parte-se da perspectiva de que tais governos atribuíram um novo enfoque à questão da integração regional e possuíam uma concepção de regionalismo diferenciada daquela que prevalecia na década anterior, atribuindo destaque à cooperação política. Ademais, tais governos atribuíam importância a cooperação regional como fonte de autonomia frente à presença dos Estados Unidos na América do Sul e buscavam conectar as noções de desenvolvimento, regionalismo e autonomia. Tais convergências contribuíram para a formação de organismos como a Unasul e para a inclusão de novas temáticas, como a cooperação em Defesa no âmbito do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS). Por outro lado, foram governos fortemente preocupados com a questão da soberania nacional, o que significava uma dificuldade para a construção de instituições fortes e significaram que a tomada de decisões esteve centrada no executivo. Tendo em vista esse contexto, o questionamento central do trabalho será referente à compatibilização entre integração regional, soberania e nacionalismo na América do Sul durante o período de 2003 a 2010, tendo como base os casos de Brasil e Argentina. A pesquisa será conduzida com base nas ações e discursos dos governos de Brasil e Argentina, principalmente no que se refere à compatibilização discursiva entre regionalismo, autonomia e desenvolvimento, e também com base nas ações de ambos os governos durante o processo de negociação e consolidação da Unasul e do CDS.

As Estratégias das relações EUA-Colômbia e desdobramentos para a correlação de forças sul-americanas

Gabriel Graziottin

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Mestrando em Ciência Política

[gabriel-graziottin@hotmail.com](mailto:gabriel-graziottin@hotmail.com)

Resumo: O trabalho a ser apresentado aborda as estratégias das relações EUA-Colômbia e seus desdobramentos regionais para a correlação de forças sul-americanas entre os anos 2000 e 2015. Objetiva-se uma análise das formulações estratégicas dessa parceria entre esses atores, traçando as condicionalidades implicadas nesse processo de cooperação para a dinâmica sul-americana. Para se cumprir os objetivos estabelecidos, buscou-se levantar dados qualitativos através de revisão bibliográfica, fontes de imprensa, bancos de dados, etc. O método

empregado foi hipotético-dedutivo, devido à suposição da implicação político-securitária da relação EUA-Colômbia para a América do Sul. A relação entre Colômbia e os Estados Unidos remonta há laços históricos do século XX. Porém, essa relação intensificou-se no período recente devido à crise institucional enfrentado pelo Estado colombiano frente aos conflitos entre os narcoprodutores e grupos paramilitares internos, gerando um cenário de instabilidade social. O Plan Colombia, desse modo, constituiu-se como o novo eixo de aproximação entre esses dois países via auxílio prestado pelos EUA na estabilização interna do país. Porém, essa cooperação que se reestabeleceu a partir de 2000, visou uma estratégia conjunta de Washington e Bogotá calcadas em um contrabalanceamento de forças dissuasórias a seu favor na região sul-americana. A dinâmica de desenvolvimento político sul-americano nos últimos anos atravessou um processo de integração regional capitaneado pela liderança brasileira, desvinculada aos interesses hegemônicos de Washington. Assim, a cooperação com a Colômbia e o reaparelhamento recente de suas forças armadas constitui-se – entre uma ampla gama de fatores – uma aposta estadunidense de frear esse processo de integração, dissuadir “países rebeldes” na região e contrabalancear as ambições brasileiras na região. A Colômbia, em contrapartida, perseguiu uma estratégia de maximização de suas capacidades militares via cooperação com os EUA, reinsserindo-se na dinâmica de relações sul-americanas com um novo status.

Palavras-chave: Relação EUA-Colômbia. Estratégias. Desdobramentos sul-americanos

A inserção do tráfico de drogas na agenda de segurança da comunidade andina de nações

Leandro Fernandes Sampaio Santos

Mestre em Relações Internacionais (PPG San Tiago Dantas – UNESP, UNICAMP PUC-SP)

Membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)

Leandrof.sampaio@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho abordará a inserção o tráfico de drogas ilícitas na agenda política e de segurança da Comunidade Andina de Nações. Será analisada a construção do tráfico de drogas como ameaça à segurança da região andina, pois com o surgimento e expansão dessas organizações criminosas no arco andino, o tráfico de drogas se tornou um problema de segurança para os países andinos, processo de construção do narcotráfico como ameaça à segurança na região foi intenso no decorrer de toda década de 1990 e no início dos anos 2000.

Esse período foi marcado pela elaboração e aprovação da Política Externa Comum e da Política Externa de Segurança Comum da CAN, da agenda de segurança comunitária e do Plano Andino de Cooperação Para Luta Contra as Drogas como formas de respostas antidrogas. A partir de então, as soluções militarizadas para o problema foram aplicadas irrestritamente no arco andino, região considerada a maior produtora de cocaína, ganhando cada vez mais relevância na agenda de segurança regional. Esse tipo de enfrentamento contribuiu tanto para o aumento da espiral de violência, adensando o conflito na região, quanto para gerar divergências entre os governos andinos sobre o modo como devem ser combatidas as drogas ilícitas, o que colocou em questão a cooperação entre os países em matéria de segurança.

Palavras-chave: Tráfico de Drogas; Comunidade Andina de Nações; Política Externa de Segurança Comum.

### Entre a cultura e a proibição: a formação do Regime Internacional de Combate ao Narcotráfico na América Latina

João Vítor Martins Saraiva

Relações Internacionais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)

joao.saraiva@sga.pucminas.br

Resumo: A formação do regime de combate ao narcotráfico e ao abuso de drogas na América Latina traz à tona dois principais fatos: a forte influência pela presença estadunidense e uma resistência de alguns dos Estado para se juntarem a um regime que a eles não era visto como adequado. Verifica-se que, ao passo que o constrangimento internacional e em particular estadunidense aumentou, cresceu também a participação dos Estados nesses regimes e, futuramente, estabeleceu-se uma lógica própria da América Latina, com esforços liderados pelos próprios países da região para o combate a prática. Hoje, anos após os primeiros esforços regionais terem sido firmados, confere-se diversas outras iniciativas concernentes ao tema, mas a temática ainda se trata de uma realidade negativa nos países da região. O propósito dessa pesquisa é mensurar o grau de efetividade do regime internacional de combate ao narcotráfico na América Latina, explorando as iniciativas que ratificam a existência desse regime, de forma a analisar a relação dos Estados com ele. Ainda, investigar como se deu a evolução do combate ao narcotráfico, analisando como as mudanças alteraram o caráter dos regimes latino-americanos e, conseqüentemente, sua capacidade de influenciar no

comportamento do Estado, a sua efetividade. Objetivo Geral: Analisar a efetividade dos regimes internacionais de combate ao narcotráfico na América Latina. Resultados esperados: - Mensurar a capacidade dos regimes internacionais de alterar o comportamento dos Estados; - Análise de que maneira as regras e procedimentos de tomada de decisão são alterados mediante a necessidade das instituições de se alterarem vide novas condições contextuais. - Ponderar expectativas futuras para o regime internacional de combate ao narcotráfico na América Latina. Metodologia: Analisar como se deu a securitização do narcotráfico na região da América Latina. Fazer o levantamento das iniciativas, acordos e organizações que aproximaram os países da região aos debates sobre o combate ao narcotráfico. Mensurar a efetividade do Regime a partir das “variáveis críticas” de Oran Young.

Palavras-Chave: Instituições Internacionais; Narcotráfico; Segurança Internacional

#### *Sessão 4 – Relações Bilaterais, Cooperação Regional, EUA e China*

A política externa mexicana para a América Latina a partir de 2006: possibilidades e desafios

Marcela Franzoni

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas  
(UNESP, UNICAMP e PUC-SP).

marcelafranzoni32@hotmail.com.

Resumo: Esse trabalho discute as possibilidades e os desafios da política externa mexicana para a América Latina a partir de 2006. Desde então, o México buscou retomar os laços de cooperação econômica e política com o subcontinente, do qual havia se afastado desde a revisão da sua estratégia de inserção internacional na década de 1980. Fatores de magnitude externa e interna contribuíram para a recente reformulação: por um lado, as mudanças na conjuntura internacional – aumento do peso internacional das potências médias, como os BRICS, o deterioramento da relação bilateral com os EUA e o surgimento de iniciativas na América do Sul que não contemplavam o México; por outro, os desafios do desenvolvimento econômico mexicano – precária integração do setor industrial com o restante da economia, piora dos índices sociais e a magnitude da dependência econômica dos EUA. Argumenta-se, portanto, que, a partir de 2006, sobressaltou-se para a diplomacia mexicana a necessidade de diversificação das parcerias econômicas, para além da América do Norte, e de uma presença

mais assertiva na América Latina, o que contribuiria para o estabelecimento de possíveis contrapesos aos EUA. Formalizou-se então o Foro do Arco do Pacífico Latino-americano (2007), a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (2010) e a Aliança do Pacífico (2012). Conclui-se que, apesar das iniciativas representarem maiores instâncias de diálogo do México com a América Latina, ainda enfrentam muitos desafios, já que o país parece não conseguir exercer liderança efetiva no continente, mantêm-se a dependência dos EUA e as matrizes ideológicas distintas presentes na região dificultam a maior formalização das iniciativas. Para atender o objetivo deste trabalho, a metodologia utilizada será a análise de documentos oficiais do México, bem como da produção acadêmica recente, além da análise de dados estatísticos do país e de materiais jornalísticos que ajudem a esclarecer as discussões em curso. Palavras-chave: México; política externa; América Latina.

### Hegemonia e Política Internacional na América Central

Raony Palicer

Mestrando em Ciências Sociais pela UEM

:raonypalicer@hotmail.com

Meire Mathias

Doutora em Ciência Política pela Unicamp

: meire\_mathias@uol.com.br

Resumo: Pensando o conceito gramsciano de *hegemonia* em sua íntima relação de política interna e externa procuramos vislumbrar a posição dos Estados da América Central nas *disputas hegemônicas* que se desenham no contexto mais amplo da América Latina e no Sistema Internacional como um todo. Neste sentido, procuramos analisar os processos históricos que se desenvolveram entre os Estados da América Central que permitam visualizar a configuração do equilíbrio instável no qual estão inseridos. Enxergamos a ameaça constante da presença estadunidense, além de efetivas intervenções desse país através de *persuasão*, e também *coerção*, porém contrabalanceada por tentativas mais ou menos frustradas por parte de países da região para construção de uma *alternativa hegemônica*.

Palavras-chaves: América Central; Hegemonia; Política Internacional

## O restabelecimento das relações entre Cuba e EUA: uma normalização possível?

Marcos Antônio da Silva

Doutor pelo PROLAM/USP

Professor do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia  
da Universidade Federal da Grande Dourados  
Membro do Laboratório Interdisciplinar de estudos sobre América Latina

O presente trabalho discute o restabelecimento das relações diplomáticas entre Cuba e EUA, oficializado em 2014, procurando analisar sua dinâmica e os desafios que dificultam seu aprofundamento e uma normalização efetiva. Para tanto, discute as motivações, de parte a parte, que conduziram a este processo e determinaram a retomada dos laços diplomáticos, rompidos desde princípios dos anos 60, substituindo, ainda que parcialmente, a política conflituosa que havia imperado em tal relação. Em seguida, analisa as percepções e as principais ações desde o anúncio de tal retomada e discute as demandas apresentadas por cada parte para uma efetiva normalização. Neste sentido, apresenta as demandas cubanas (fim do embargo econômico, reparações de recursos, relações abertas e transparentes, fim de programas destinados a destituir governo do país, entre outras) e as demandas estadonidenses (reformas políticas e econômicas, sociedade civil e direitos humanos, indenizações, formas de propriedade, entre outras), procurando demonstrar que há um longo caminho a percorrer até a normalização efetiva de tal relação. Tal caminho será determinado tanto pela solução a tais demandas como pela dinâmica da política interna de cada país que pode conduzir, ou não, a superação da lógica do conflito que havia predominado. Finalmente, o trabalho aponta, ainda que brevemente, os possíveis desdobramentos e impactos de tal normalização para o cenário regional.

## A influência chinesa nos processos de integração na América Latina

Jonas Teixeira Marinho

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC)

Pós-graduando em Direito e Relações Internacionais pela Universidade de Fortaleza  
(UNIFOR) Pesquisador do Núcleo de Estudos Internacionais (NEI) da Universidade de

Fortaleza (UNIFOR)

jonasvader@gmail.com

**Resumo:** A presença da China na América Latina intensificou-se no século XXI e traz consequências para a integração regional. Este artigo visa a analisar os impactos da influência chinesa no subcontinente. Para tanto, foram utilizados dados de documentos oficiais e revisão da produção bibliográfica existente. A América Latina foi caracterizada, durante vários períodos ao longo de sua história, como região subordinada aos interesses estadunidenses. Até o final do século XX, a influência estadunidense não encontrava forte concorrência, exceto no caso isolado de Cuba, que tinha parceria com a União Soviética. Nos anos iniciais do século XXI, contudo, a ascensão da China e sua busca por novas fontes de recursos minerais e agrícolas impõem um desafio à hegemonia americana. Ao apresentar-se como um país do Sul global, a China visa a aproximar-se dos países da região e a obter benefícios comerciais. Para os países do subcontinente, entretanto, não há como afirmar com segurança que a China será um ator mais cooperativo do que os Estados Unidos. Os processos de integração na América Latina estão sendo impactados pela presença da China. É mister, destarte, analisar os benefícios e os problemas advindos da crescente influência chinesa na região. Conclui-se que a influência do país asiático pode ser benéfica, desde que os países da América Latina negociem de forma conjunta e em posição de igualdade.

**Palavras-chave:** China. América Latina. Integração

### O papel do Estado Chinês nos investimentos diretos externos na América Latina

Alberto Marcos Nogueira

Economista – membro do Núcleo de Estudos do BRICS (NEBRICS) da UFRGS

anogueira70@gmail.com

Jacqueline Angélica Hernández Haffner

Economista - líder do Núcleo de Estudos do BRICS (NEBRICS) da UFRGS

jacqueline.haffner@ufrgs.br

**Resumo:** O estudo aborda o papel desempenhado pelo Estado Chinês na recente transformação da China em exportador de capitais, com foco nos seus desdobramentos sobre as relações econômicas com a América Latina. O processo de modernização da economia chinesa, vencida a etapa de absorção de investimentos e tecnologias, alcançou neste início de

século novo patamar de integração à economia mundial, agora mediante a realização de Investimentos Diretos Externos (IDE). Mais do que responder a necessidades empresariais, dimensão minorada, em se tratando de sociedade e economia dirigidas, o investimento chinês no exterior busca o reforço de laços econômicos que permitam manter o gigante asiático numa trajetória de consolidação como potência econômica. O estudo avalia a importância do Estado como condutor do investimento no estrangeiro, papel que ressalta os elementos estratégicos nacionais e geopolíticos do IDE chinês. Coloca a América Latina nessa perspectiva, considerando igualmente sua trajetória recente e seus tradicionais desafios de superação da pobreza e da desigualdade, naquilo que configura-se num complexo de oportunidades e ameaças simultâneos, que podem tanto consolidar o papel subordinado e desfavorável dos países latino-americanos na economia mundial, quanto apontar elementos para uma reinserção qualificada.

Palavras-chave: China; América Latina; investimento

#### A Política Externa Brasileira durante os Governos Lula da Silva: A saúde na América do Sul

Gessica Fernanda do Carmo

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

“San Tiago Dantas” (UNESP, UNICAMP, PUC/SP)

gessicafdcarmo@gmail.com

Resumo: O interesse da comunidade internacional pelos assuntos de saúde é relativamente antigo. No Brasil esse interesse se intensificou nos governos Lula da Silva (2003-2010), uma vez que a política externa implementada neste período incentivava a diversificação de parceiros e o multilateralismo. Por se apresentar como um mecanismo eficiente para estreitamento dos vínculos e aprofundamento das relações com outras nações, especialmente com os países em desenvolvimento, o tema da saúde passou a ser um vetor importante na política externa de Lula da Silva. Por conseguinte, nosso objetivo nesse trabalho é apresentar as motivações e verificar as ações nas gestões Lula da Silva no que concerne à saúde a nível regional, ou seja, na América do Sul. Para tanto, faremos um esforço de pesquisa para compreender essas motivações e ações no âmbito do Conselho Sul-Americano de Saúde (CSS), um conselho setorial da União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Utilizaremos, em vista disso, diversas fontes e indicadores a fim de construirmos o argumento do trabalho. Damos destaque para

fontes primárias, tais como relatórios, atas, telegramas de instrução entre outros do CSS e da Unasul. Destarte, este trabalho parte da hipótese de que, a PEB para saúde, apesar de apresentar um viés altruísta (e do Brasil adotar o princípio da não indiferença, procurando atuar por meio de uma diplomacia solidária), tem uma motivação claramente de cunho político, no que concerne à sua intenção de se inserir mais ativamente no cenário internacional como líder regional. Desse modo, Lula da Silva fez bom uso do tema da saúde para sedimentar, no caso da Unasul, a ideia de um projeto mais amplo de integração, com a busca do fortalecimento da América do Sul como polo alternativo de poder e contrário ao unilateralismo.

Palavras – Chave: Política Externa Brasileira; Saúde; América do Sul

**Integração regional entre Brasil e Chile: intercâmbio acadêmico como forma de promover o desenvolvimento nacional**

Lana Rodrigues Araújo  
Graduanda em Direito na UNIFOR  
lana.rodrigues@live.com

Antônio Walber Matias Muniz  
Doutor pelo Prolam/USP e Professor da Unifor  
walber@unifor.br

Resumo: Objetivando estudar a eficácia das políticas estruturais criadas pelo governo brasileiro e pelo governo chileno para articular a superação dos baixos índices de qualificação profissional e como isso tem repercutido nas relações internacionais desses países, surge esta pesquisa qualitativa, com estudos em bases bibliográficas, artigos em sítios eletrônicos e estatísticas referentes às pesquisas realizadas sobre o tema. Em um primeiro momento, é feito um comparativo socioeconômico sobre o ritmo de crescimento do Brasil e do Chile, enquanto países latino-americanos. Logo em seguida, é explanado como a questão acadêmica influencia na promoção e manutenção do desenvolvimento nacional de cada país. Encerrando as considerações do presente trabalho, busca-se demonstrar de que maneira essa integração educacional contribui para fortalecer a presença desses países como importantes atores nos compromissos decisórios da agenda internacional.

Palavras-chave: Integração Regional; Fluxos migratórios; Desenvolvimento.